



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 3/2012

----- ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS SEIS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DOZE. -----

----- Aos seis dias do mês de Junho do ano dois mil e doze, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 29 de Maio de 2012, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO Nº 1 – Expediente, Informações e aprovação da Acta;-----

PONTO Nº 2 – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do nº. 1 do art.º. 53º., da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

PONTO Nº 3 – Atribuição de medalhas; -----

PONTO Nº 4 – Lei nº. 22/2012 de 30 de Maio - Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

----- Assinaram a lista de presenças os Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Rui Monteiro Picciochi; -----

----- Ana Rita Lopes Inácio; -----

----- João Manuel Alves Gralha; -----

----- Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

----- José Maria Chambel Esteves; -----

----- Ricardo Manuel Ramalhete Honório;-----

----- Adriano da Fonseca Figueiredo; -----

----- Adriano Milho Cordeiro; -----

----- António Maria Constantino-----

----- Adelino dos Santos Amaral; -----

----- Júlio do Rosário da Graça Barata;-----

----- Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----

----- Manuel Maria Pequito Cardoso;-----

----- Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----

----- Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

----- Anabela da Conceição Almeida Quintanilha; -----

----- João Filipe da Siva Ricardo; -----

----- Maria José Brito Martinho.-----

----- Estiveram presentes o Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, os Senhores:-----

----- **Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- Vitor Miguel Martins Arnaut Pombeiro;-----

----- **Senhores Vereadores em regime de permanência:**-----

Fernando Santos Freire e Rui Constantino Martins-----

----- **Senhora e Senhor Vereadores em regime de não permanência:**--

----- Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário, assim como a todos os presentes.-----

----- De seguida deu conhecimento dos Deputados Municipais que pediram substituição, conforme preceituado nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual:-----

----- Senhores António Pereira e Carlos Miguel Timóteo Pires tendo tomado posse para os substituir os cidadãos imediatamente a seguir na lista respectivamente, Anabela da Conceição Almeida Quintanilha e Maria Jose Martinho. Assim como da substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo pelo seu substituto legal, Senhor Adelino dos Santos Amaral. O Senhor Deputado Inocência Cruz justificou mas não pediu substituição.-----

No uso da palavra o **Senhor Presidente da Mesa** disse que “concerteza já verificaram que nas paredes encontram-se expostos desenhos realizados por crianças entre os 3 e 12 anos, no decorrer das Festas do Concelho do ano passado, no Pavilhão da CPCJ, exposição que tem por nome “Bem me Quer”. Esta exposição estará aberta ao público até ao final das Festas do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos Deputados a correspondência recebida e distribuída previamente.**(Anexo 1)**-----

Iniciada a sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 20 de Abril do ano corrente, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. Não havendo intervenções foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deu ainda conhecimento ao plenário sobre a correcção material e rectificação do PDM na sequência da deliberação tomada pelo executivo realizada em 24/04/2012.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----

- **Deputado Municipal Ricardo Honorio** – “leu uma moção da Bancada do Partido Socialista cujo tema era “problemas com a TDT”, posta à votação a sua admissão foi aprovada por unanimidade. Sendo também aprovada em minuta por unanimidade **(Anexo 2)**.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal João Ricardo para uma intervenção** o qual começou por esclarecer o seguinte: – “está é uma entrevista que o Bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira deu para a Revista dos antigos alunos da Universidade do Porto. Perguntam-me o porquê agora a referência a este documento é uma entrevista para pudermos avaliar na sua íntegra que aborda uma abertura de espírito e frontalidade a situação social e política do País, a crise da Europa e o papel da Igreja. Seguidamente leu a intervenção”.**(Anexo 3)**

- **Deputado Municipal Valter Caldeira** – “tenho uma questão para colocar ao Senhor Presidente da câmara sobre as AEC’s 2012/2013, quem é o responsável financeiro nestas actividades de enriquecimento curricular? Relativamente ao concurso aberto e atendendo ao facto da única empresa a apresentar proposta foi a Hobbyvida, pergunto se foi aberto ou não concurso?”

- **Deputado Municipal Adelino Amaral** – “queria alertar para o estado das escadinhas do Rio Zêzere, como o Senhor Presidente sabe é uma zona bastante visitada todo o ano por turistas, especialmente nas Festas de Constância. Dado que esta zona se encontra em ruínas, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma preocupação para a Junta de Freguesia a falta de segurança que ali existe. Para além de ter sido debatido em várias Assembleias consta que o Senhor Presidente da Câmara teve contacto com o Presidente da Câmara de Constância sendo esta preocupação também transmitida à ARHTEJO. Gostaria de saber em que situação se encontra este assunto”.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “continua a aguardar que o Senhor Presidente da Assembleia me dê o parecer que eu pedi sobre a não presença do Senhor Presidente da Junta da Atalaia na sessão mas encontrando-se no público, continuo a aguardar. Queria colocar as seguintes questões: Gostaria de saber qual a situação do inventário? Qual é o passivo nesta data? Qual a situação da dívida em relação à ADSE? Quantas prestações de serviço estão em vigor? E a situação do Protocolo entre a SIRA e Câmara Municipal”?

- **Deputado Municipal João Ricardo** – “há uma situação que está a levantar alguma polémica junto das pessoas com a recolha do lixo que deixou de ser recolhido com a regularidade habitual e em determinados dias complica-se, porque o cheiro é nauseabundo e incomodativo.

Na última sessão o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento sobre a estrada do Vale Seixo e a Encosta da Capela e que estava previsto abrir o Balcão de Mérito. Ambas as situações estão melhores mas o que é real é que foi feito um pedido de empréstimo a curto prazo que foi presente à Sessão da Assembleia Municipal de Dezembro de 2008 e esse empréstimo segundo informação do Senhor Presidente da Câmara antes da elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2009, o que foi dito é que esse empréstimo seria e falou-se concretamente nestas obras. Estranhei o facto de as obras não estarem a avançar”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara foi convidado a intervir para dar satisfação às questões colocadas pelos membros do plenário:-----

“Quanto às AEC’s está prevista uma reunião de avaliação e coordenação com o Agrupamento e com todos os intervenientes neste processo, em função disso e só após essa avaliação e pode haver algumas alterações legislativas em relação às actividades de enriquecimento curricular é só após ter esse conhecimento é que serão determinados os conteúdos das AEC’s. Aí é que veremos se há necessidade de proceder a contratações, realizar essa reunião e determinar o processo para o próximo ano.

- Relativamente a questão levantada pelo representante da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, as escadinhas estão vedadas por uma questão de segurança. Informamos a ARHTEJO que também tem aqui responsabilidade nesta matéria e neste momento não temos aquilo que tínhamos planeado o que era eventualmente incluir aquela intervenção no âmbito da intervenção dos percursos ribeirinhos e dado que em função da realidade em que vivemos, não está certo que este projecto a curto prazo se realize.

- O inventário está praticamente realizado, naquilo que é mais importante. A grande percentagem dos bens imóveis estão já carregados no sistema.

- Sobre o que me foi questionado sobre a informação económica aquilo que posso dizer em relação ao passivo e aliás mais ou menos na lógica do que tinha previsto na ultima Assembleia dado que grande parte da dívida é sobretudo devido à existência de investimentos dos quais não recebemos ainda as participações. Mas comparando 31 de Dezembro com 30 de Maio, ou seja nos primeiros cinco meses do ano a dívida de curto prazo passou dos 7,2 milhões para 4,9 milhões de euros. Houve por via das amortizações que estão a decorrer e pelo facto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de não termos utilizado nenhum crédito passou de 4,8 para 4,7 o que representa uma descida de 3%, neste momento o passivo total nestes cinco meses diminuiu em 20%.

Relativamente às prestações de serviços elas são muito diversificadas, de momento não tenho condições de informar mas posso dizer que não há novas prestações de serviços, temos as que já vêm do passado.

Com a SIRA temos um Protocolo no âmbito das candidaturas ao PRODER onde prevemos a existência de uma verba a qual era absolutamente necessária para a viabilidade da candidatura. É evidente que a execução deste projecto não depende apenas da verba da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, tem que haver empenhamento, vontade e essencialmente condições da própria instituição para liderar um processo com esta envergadura. Relativamente a este projecto do PRODER não houve ainda qualquer concretização por parte da Câmara Municipal.

Quanto aos Contentores dos RSU, é uma situação onde existiram alguns problemas derivados essencialmente de um conjunto de alterações que estamos a introduzir na diminuição de seis para cinco dias da recolha. Julgo que neste momento as coisas estão a tender para a normalização e o que já se verificou nas últimas semanas.

A Encosta da Capela e o investimento no Vale Seixo, infelizmente estão exactamente na mesma situação. Não houve ainda abertura do Balcão de Mérito na CCDR Centro e os projectos sem terem conclusão física ou financeira deixam de ser elegíveis e por isso se mantêm tal e qual.

No ano de 2008, foi solicitado a este órgão deliberativo autorização para a contratação um conjunto de empréstimos que pensávamos ser utilizado em projectos candidatas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, até ao valor de cerca de 3,1 milhões de euros, dos quais a autarquia depois de ter vindo visado pelo Tribunal de Contas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

utilizou cerca de 2 milhões, há aqui um diferencial de 1 milhão de euros. Nesse ano foi utilizado em estradas e arruamentos que neste momento estão completamente concluídas na Atalaia na Rua José Morais, em Tancos todo o arruamento principal que vai até ao campo de futebol e essencialmente nos Matos onde foram intervencionadas meia dúzia de arruamentos e foi aí que houve o co-financiamento do empréstimo que referiu.

O Deputado Municipal Eduardo Oliveira, questionou qual o valor da participação do Protocolo com a SIRA, ao qual **o Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o valor não está definido, poderia ir até aos 40 mil Euros, esse montante era para cobrir a componente nacional nestes termos é preciso vir a candidatura aprovada e analisando os recursos que a instituição tem, mais aqueles que consegue arranjar e em função disso a Câmara analisará o montante em falta.

- Período de intervenção aberto ao Público. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou que poderiam intervir, bastando para o efeito inscreverem-se. Tendo-se inscrito para o efeito o Senhor Carlos Alberto Dias e o Senhor Vitor Assunção.

No uso da palavra o Senhor Carlos Dias disse: “ em primeiro lugar queria falar sobre o lixo mas o Senhor Presidente já esclareceu algumas coisas. De qualquer modo na Rua Filipe Rebordão Pinheiro com o Lar aí a funcionar dois contentores não chegam, já falei com o Provedor e ele não é contra a colocarem lá outro. Ainda em relação aos contentores estes não servem para afixar editais e na Laranjeira esta semana foi o que fizeram, queria saber se era possível colocarem lá um placard. Outro assunto é que ouvi dizer que há uns anos a esta parte existiu um apoio do Ministério da Agricultura que permitiu às Juntas de Freguesia comprar equipamento de fogo florestais, parece que a Barquinha,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atalaia e Praia do Ribatejo o adquiriram a Praia fez um Protocolo com os caçadores e utilizaram o equipamento, mas o da Barquinha e Atalaia não estão a ser utilizados por falta de um Protocolo. Nas últimas três Assembleias que aqui vim o Presidente da Junta de Freguesia de Atalaia não estava presente, gostava de saber se há alguma incompatibilidade como Presidente de Junta e o cargo que exerce na Empresa Municipal. O Senhor Vitor Assunção começou por perguntar se podia falar sobre a reorganização administrativa, ao que o **Senhor Presidente da Mesa** respondeu ser um assunto que faz parte da ordem de trabalhos para esta sessão.

O **Senhor Presidente da Câmara** esclarecendo a intervenção do público disse que no que diz respeito aos contentores da Rua Filipe Rebordão, está registado e vai ser devidamente analisado.

- **Deputado Municipal António Constantino** - “sobre o equipamento adquirido pela Junta foi praticamente forçado a ser adquirido, não foi comprado foi cedido, não foi despesa feita pelas Juntas de Freguesia e foi totalmente pago pelas entidades respectivas. No entanto estou a aguardar que os Bombeiros façam um Protocolo para utilizarem esse equipamento o que até agora não aconteceu, e eu também não tenho forçado é isto que queria deixar bem claro”.

- **Deputado Municipal Júlio Barata** “ no que diz respeito ao nosso ponto da situação em tempos enviámos uma proposta de Protocolo à Associação de Bombeiros da Barquinha e estamos a aguardar que ele seja devidamente assinado e tendo o material sido logo posto à disposição dessa Corporação”.

- **Deputado Municipal Paulo Bento** - “ como Presidente da Associação tem que dizer que realmente o equipamento já foi colocado ao Comando da Corporação. A utilização desse material dado que o mesmo é para limpeza das matas e algum desse material é de algum peso e de difícil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manuseamento não se viu neste quadro momentâneo a necessidade de o utilizar. Quanto às motobombas os bombeiros podem necessitar delas quando efectivamente tivermos oportunidade de ter um carro preparado para o seu transporte e obviamente as iremos utilizar.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “ a minha dúvida é a seguinte, no orçamento para este ano estava prevista uma verba de 50 mil Euros para a dinamização do Parque Ribeirinho. Ao receber a informação escrita verifiquei que essa dotação passou para 105 mil Euros e verifiquei também que o saldo dessa rubrica é apenas de 4mil e 600 Euros, gostaria de ser esclarecido do porquê deste aumento brutal. Gostaria de saber que estando previsto no mesmo orçamento a transferência para as Freguesias e de acordo com os Protocolos de 92 mil 120 Euros e até hoje é zero”.

= **Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara foi convidado a intervir para dar satisfação às questões colocadas pelos membros do plenário:-----**

- “referente ao Parque Ribeirinho informo que se estão a ser incluídas todo um conjunto de actividades e o facto de estar cabimentado não quer dizer que a despesa esteja feita, a despesa não está feita existe é cabimentação. Em função daquilo que é a adequação que estamos a fazer neste momento à própria Lei dos Compromissos não saí nenhum processo para fora da Câmara sem cabimentação e nós não podemos analisar a despesa da Câmara pela cabimentação. Desde que se elabore uma informação dos serviços e que da minha parte haja deferimento, há desde logo cabimentação e esse processo poderá avançar depois de um mês ou dois. Nalguns casos há situações que não avançam e não se chega a concretizar a despesa. Todo o processo de promoção da inauguração do Parque de Esculturas está também algum aqui a ser incluído alguns trabalhos gráficos, programas de Inauguração porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por essa via, e para o qual vamos conseguir financiamento para essas actividades de caracter imaterial.

Em relação às Juntas de Freguesia os 92 mil Euros referidos são o valor máximo e posso dizer-lhes que hoje assinei cheques no valor de 28 mil Euros para as Juntas de Freguesia. A próxima informação já terá uma execução mais significativa”.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “obrigada Senhor Presidente fico bastante admirado com a explicação dada ao dizer que também inclui alguns trabalhos por motivos das esculturas aí estarem englobadas, estava convencido que estavam englobadas noutra verba própria que é o Mercado das Artes.

Em relação às Festas também há uma verba própria para as Festas do Concelho e não havia essa mistura de verbas”.

- **Deputado Municipal João Ricardo** – “Esses 28 mil Euros foram para todas as Freguesias? Qual é o quantitativo para cada uma? Foi distribuído proporcionalmente”?

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões postas – “ há pagamentos feitos este ano e dizem respeito ao ano de 2011, são incluídos nas Festas do Concelho.

Quanto aos montantes existem dois protocolos que neste momento estão em execução, um à Junta de Freguesia da Atalaia e outro à Junta de Freguesia da Barquinha que têm a seu cargo a limpeza das casas de banho e do Parque Ribeirinho, daí a verba de 5 mil Euros. Existe outro Protocolo que diz respeito à gestão de todo o Parque Desportivo Municipal da Atalaia e daí a verba de 10 mil Euros. Foram pagas as todas as Juntas de Freguesia o que nós chamamos à componente que designamos de corrente que diz respeito à limpeza e espaços públicos que são 3 mil 900 Euros para a Praia do Ribatejo, 3 mil 700 Euros para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vila Nova da Barquinha, Moita do Norte e Atalaia e mil e 560 Euros para Tancos”

- **Deputado Municipal Paulo Tavares** – “gostaria de fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, havia umas verbas para o Parque Ribeirinho na área das Esculturas e fiquei confuso segundo vi na Internet e que acabou por ficar desmantelado, porque assim ficávamos a saber muito. Todos os escultores receberam 70 mil Euros antes de executarem as obras? Ficou aqui também explicado que cada escultura custaria cerca de 100 mil Euros dos 70 os outros 30 mil ficariam para as infra-estruturas ou para outras situações. Isto até foi divulgado na rádio que estas 10 esculturas ficariam em cerca de 1 milhão de Euros. A minha pergunta é quanto custam efectivamente as esculturas com as infra-estruturas em termos globais e em termos de financiamento quanto é que se recebeu”?

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra respondeu – “ em primeiro lugar quero clarificar o seguinte, continuamos obrigados a publicar no site os ajustes directo, o site não foi desmantelado. Aquilo que eu disse foi que no acordo com a Fundação EDP, foi a Fundação que geriu toda esta componente, o valor de todas as esculturas seria de 75 mil Euros, haverá um ou outro que ainda estão por pagar a terceira prestação, segundo o que consta nos contratos é que será pago em três prestações. Um dos escultores que é o Pedro Cabrita Reis e eu aconselho-vos a fazerem uma busca no site base.gov e verem o ajuste directo de uma escultura no valor não de 75 mil Euros mas de 1 milhão de Euros. Dá para ver a dimensão dos artistas que aqui estão. Não há aqui transferência, não há aqui nada. Estes dois exemplos que têm aí convosco e peço ao Paulo Tavares que olhe para mim, isto são despesas do Parque de Esculturas que estão a ser incluídas na dinamização, a obra está na rubrica própria, não é obra física é um projecto com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muitas dimensões e que não entram seguramente na obra até porque tem uma qualificação diferente é isso que está em causa e nada mais”.

Nesta altura o Senhor Presidente da Mesa anunciou um intervalo.

Retomada a sessão o **Senhor Presidente da Mesa** informou que entraríamos no **ponto nº. 3 - Atribuição de Medalhas.**

No uso da palavra referiu que este ponto vai ser votado em escrutínio secreto como é exigido por Lei. Teremos que fazer quatro votações separadas, por existirem pessoas nomeadas a fazerem parte desta Assembleia e outro sendo familiar. Estou satisfeito porque são propostas apresentadas por todas as bancadas desta Assembleia. Era isso que tinha proposto na última sessão.

Não se registando nenhum pedido de esclarecimento, o **Senhor Presidente da Mesa** solicitou voluntários para a mesa de escrutínio e apuramento dos votos, fazendo parte os seguintes Deputados: Maria José Brito Martinho, Ana Rita Lopes Inacio, Paulo Alexandre Tavares e Ricardo Manuel Honorio. Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** ordenou que se distribuíssem os boletins de voto. Aquando da votação da Medalha de Honra do Município o **Senhor Presidente da Assembleia** retirou-se, sendo substituído pela primeira Secretaria, Ana Rita Inácio. Assim como da votação da Medalha Municipal de Mérito Grau Ouro, retirou-se o **Deputado Ricardo Honorio e o Deputado Manuel Cardoso**. Depois do procedimento da votação por escrutínio secreto, obtiveram-se os seguintes resultados, **por maioria absoluta:**

- Medalha de Honra do Município

- Rui Monteiro Picciochi;

- Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro

- Carlos Alberto Ribeiro Gonçalves;

- José Manuel Laranjeira Madeira;

- Manuel Ferreira Honorio;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Manuel Maria Pequito Cardoso;**
- **Sociedade Refrigerantes Baía, Lda.**
- **Medalha Municipal de Mérito- Grau Prata**
- **Albertino Condeço;**
- **Cleide Maria Cachado Núncio dos Santos;**
- **Clube União e Recreios de Moita do Norte;**
- **Emílio Gouveia Miranda;**
- **Faustino Fonseca Panaca;**
- **Ilídio Filipe Carreira;**
- **José da Silva Gomes;**
- **Manuel Martins Dinis;**
- **União Desportiva Atalaiense.**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa – “ Agradeço a distinção que me foi concedida. Gostaria que ficasse claro, e lavrado em acta, que todas as atribuições são de toda a Assembleia. Estas condecorações, conforme combinado, serão entregues no dia 13 de Junho no novo Salão Nobre da Câmara Municipal”.

PONTO Nº 4 – Lei nº. 22/2012 de 30 de Maio - Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

A pedido do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação do ponto nº.

4 e esclareceu o seguinte: “ vou fazer um breve enquadramento do que levou a Câmara Municipal a tomar esta iniciativa e a trazer este assunto à Assembleia Municipal. Como refere a Lei nº. 22/2012 de 30 de Maio, que na informação técnica elaborada nos serviços camarários era ainda designado Decreto-Lei nº.48/12 designação essa no site da Assembleia da República embora soubéssemos quando ao assunto foi discutido em reunião de Câmara que a Lei estava promulgada faltando apenas a sua publicação e onde se lê Decreto-Lei 48/12 deve agora ler-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se Lei n.º. 22/2012 de 30 de Maio. Este é um debate que vem desde Setembro de 2011, altura em que foi apresentado o Livro Verde referente à reorganização administrativa, são alguns meses de debate é importante tratar o assunto mas também encerrá-lo. Antes de chegar à proponente proposta gostaria de reafirmar o facto de se ter feito uma proposta à Assembleia Municipal, não invalida uma posição frontalmente contra relativamente à Lei em vigor, que de facto em bom rigor aquilo que está em causa não é nenhuma verdadeira reorganização administrativa ou reforma administrativa. Consideramos que as Freguesias são Instituições absolutamente fundamentais no nosso tecido e em especial nas zonas não urbanas, são talvez das Instituições em Portugal que de facto tem uma melhor relação do custo de benefício porque além de todas as competências legais que têm, exercem como todos sabemos um conjunto de outras competências por exemplo, CTT, ajudam no preenchimento do IRS, têm funções especiais enfim são de facto importantes auxílios às populações. Representam no orçamento actual 0,098% da despesa pública. Funcionam muito mais num regime de voluntariado e são a única Instituição Pública que trabalham essencialmente neste regime de voluntariado, esta Reforma não traz qualquer poupança é portanto um equívoco.

Esta era de facto uma posição prévia relativamente a esta Lei que penso ser importante sublinhar é evidente perante uma posição destas a mais cómoda que poderíamos ter era sermos contra, nada fazermos sobre este assunto. Não foi essa a opção que se tomou, e desde logo se afastou essa possibilidade, essencialmente porque tendo o Município cinco Freguesias ficávamos sujeitos a uma avaliação e uma decisão de uma Comissão Técnica de Lisboa, que desconhece com toda a certeza por completo a realidade sociológica do Concelho e portanto estaríamos sujeitos a hipóteses que consideramos bastante negativas sendo certo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que quando menos for o numero de Municípios a façam, a pronuncia legal que esta prevista na Lei nº. 22/12, maior será a tendência desta Comissão Técnica para diminuir de forma abrupta o número de Freguesias nos Concelhos que não se pronunciarem e portanto, foi neste contexto que a Câmara Municipal decidiu avançar com uma proposta, tendo como motivo essencial o de excluir que a reorganização administrativa pudesse ser feita por uma Comissão Técnica da Assembleia da Republica.

Entre as varias hipóteses de reorganização, nós acabamos por apresentar este documento e penso estar mais ou menos claro ser esta a hipótese menos má de todas as possíveis porque entre Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte, estamos a falar de uma grande homogeneidade territorial urbana, existe uma continuidade praticamente perfeita entre estes territórios e eu próprio informalmente e nas conversas que ia tendo sobre este assunto ia dando conta que muito possivelmente a intenção do Municipio seria de facto partir para esta solução e assim a fomos concluindo surgindo como uma solução natural. Nas comemorações do 25 de Abril assinaladas na Escola Ciência Viva em que os pais foram convidados a conhecer a Escola, havia pais, inclusivamente dois casais moradores no Concelho, que não acreditavam que estavam na Escola Ciência Viva e que esta estava construída na Freguesia de Moita do Norte.

Os argumentos que já foram apresentados e estão escritos, penso que esta entre todas é a solução mais natural. É uma solução de passarmos o Concelho de cinco para quatro Freguesias o que nos permite ficar completamente a coberto de qualquer intervenção externa em termos da famigerada Comissão Técnica. Nós passamos para quatro Freguesias cumprimos a Lei e há um artigo nessa mesma Lei, que nos dá a garantia de que no âmbito da legislação em vigor não haverá qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alteração. Gostava também de sublinhar o tom sereno e responsável, sem reclamações mas também não se esperaria o contrário, que as Assembleias de Freguesia tomaram sobre este assunto e todos têm a respectiva cópia. Se houver uma aprovação por esta Assembleia Municipal elas constarão como anexo da pronúncia da Assembleia Municipal.

Em resumo, na Moita do Norte considera-se que esta possível junção é aceitável mas depois vem o mas, não concordam com a designação. No caso da Barquinha acabam por de alguma forma também propor esta agregação como possível e vem também um mas, neste caso não concordam com o local da Sede de alguma forma, há algum equilíbrio na solução da proposta e este meio termo que se conseguiu parece-me uma boa solução que uma má Lei nos coloca. Por último, julgo que em termos de futuro, ao longo dos anos e pela experiência que vou tendo nomeadamente na questão dos Fundos Comunitários, uma Sede de Concelho que tem perto de quatro mil habitantes também de alguma forma fundamenta mais facilmente determinado tipo de candidaturas do que naquele que é o cenário actual numa forma sucinta, é este o contexto da apresentação da proposta da Câmara Municipal para que a Assembleia Municipal faça a pronúncia legal prevista na Lei n.º. 22/12 de 30 de Maio.

Ainda quando me referi às Assembleias de Freguesia e têm também cópia de uma minuta de proposta da Freguesia de Praia do Ribatejo, não o posso incluir no tal tom sereno e responsável que referi das Assembleias de Freguesia de Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte. Eu recordo que na primeira versão do Livro Verde que era um manifesto foi a Câmara Municipal a primeira Instituição que se levantou frontalmente contra e tudo faria para que este processo não caminhasse dado que a Praia do Ribatejo aparecia como uma Freguesia a agregar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inclusivamente gerou um episódio que está no site oficial do Governo que foi alterada de um dia para outro e alteraram um dos critérios sem adenda e sem qualquer data da sua alteração e a partir daí se debloqueou a situação da Praia do Ribatejo e com certeza a outras Freguesias doutros Concelhos. Mas neste que aqui se referem pronunciarem-se para que haja veleidade da Câmara para alteração dos seus limites é num tom um bocadinho quase que provocatório ou provocante, como se aqui houvesse uma intenção fugitiva, um capricho, uma leviandade, qualquer coisa escondida. Não posso deixar de lamentar a forma como a Assembleia de Freguesia de Praia do Ribatejo, formalmente produz este documento e o tom em que o fez até porque a Câmara Municipal foi uma Instituição que agiu de forma bastante enérgica desde Outubro de 2011, mas os actos ficam com quem os pratica, era apenas isto que queria dizer”.

- **Deputado Municipal Paulo Bento** – “como parte integrante deste casamento se assim se pode chamar acho que até fica bem que seja um dos primeiros a falar. Serve a minha posição e a posição da última Assembleia de Freguesia e da forma como está escrito para dizer que obviamente não teremos que concordar com aquilo que achamos que não tem nenhum fundamento para quem trabalha diariamente com as pessoas e o sentido de proximidade, que nós Juntas temos. Economicamente não se ganha nada e está mais do que provado, qualquer pessoa minimamente consciente consegue chegar a esse ponto. Tal como disse o Senhor Presidente da Câmara temos que ter uma palavra, temos que se manifestar para que não se manifestem por nós e isso seria muito mais penoso e gravoso de qualquer forma perante a situação que foi proposta pelo executivo haverá certamente mais valias para o futuro com a constituição da nova Freguesia, certamente que terá uma dimensão que representará 50% da população do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho que trará para quem assumir essa responsabilidade uma gestão muito difícil para o futuro. Nesta altura não poderíamos e isso dissemos logo estar a confirmar e a validar a definição que estava atribuída dado que poria em causa a história e a cultura e o próprio significado da Junta e nós também pensámos ser um bocado irrisório irmos à Junta de Freguesia da Barquinha, à Moita do Norte. Consideramos sempre que isso não estava ou não seria bem enquadrado, no resto achamos que teria todo o fundamento e dado o número de pessoas e ao desenvolvimento na Moita do Norte em que poderemos sempre alargar a Freguesia agora também a da Barquinha. Para nós no entanto, consideramos que o nome deveria e poderia ser o que estava previsto na Lei, a Lei contempla no seu artigo 9º., uma designação de “União de Freguesias” pensamos que não feriria, mantinha o Património, mantinha a História, manteria tudo o que lhe estava associado. Perante isso e pensamos que deveria ser considerada a nossa opinião. Por último e relativamente a uma manifestação que foi um comunicado emitido pela CDU especialmente dedicada à Freguesia de Moita do Norte, onde se manifestam contra a extinção da Freguesia de Moita do Norte. Extinção não é essa palavra, chama-se agregação, extinção é desaparecer ou sumir. Não acho de bom tom aquilo que fizeram, deveriam ser coerentes nas palavras e no contexto, mas o comunicado também tem aspectos positivos vê-se aqui uma parte importante o reconhecer que os autarcas e as pessoas estão juntos das populações principalmente das Freguesias que desempenham as funções para além das suas responsabilidades e que encontram resolução dos problemas com que são confrontados, é verdade reforçamos a nossa posição, afinal temos importância. É este o contexto que gostaria de deixar relativamente à reorganização administrativa”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Municipal Paulo Constantino** – “ no seguimento do que o Deputado Paulo já disse a Freguesia de Vila Nova da Barquinha mantêm tudo o que tinha apresentado em 16 de Dezembro de 2011, rejeita claramente a Reforma na Administração Local, plena e simplesmente rejeita e por outro lado não estão de acordo com documento apresentado como deliberação de Câmara, porque se fizerem a interpretação da Lei e por outro lado nós demos este parecer porque fomos obrigados pela Lei n.º. 22/12, porque senão nem isso tínhamos feito mantido a não agregação e não faríamos qualquer documento. No sentido de cumprir aquilo que a Lei estabelece indo pelo mal menor ponderamos, fundamentamos um parecer que entregamos na Assembleia Municipal em que propomos que a Sede da Freguesia de Vila Nova da Barquinha com a agregação da Moita se mantenha em Vila Nova da Barquinha e a denominação se mantenha Vila Nova da Barquinha. É a proposta da Assembleia de Freguesia de Nova da Barquinha. Temos uma argumentação baseada na Lei, mas guardaria essa argumentação para a declaração de voto que irei fazer na oportunidade”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra e estando a terminar o período regulamentar propôs à Assembleia que a sessão durasse até acabar o assunto que esta a ser discutido, o que foi aprovado.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “ a Freguesia de Moita do Norte segundo o documento que acompanha a proposta tem apenas 24 anos, todos sabem que o que nasce morre, é a lei da vida, quando as pessoas, qualquer ser vivo está já em fim de ciclo. Aquilo que se pretende é matar um jovem, a Freguesia de Moita do Norte foi constituída única e exclusivamente por parte da Junta de Freguesia de Atalaia, na altura da constituição a Freguesia da Barquinha recusou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pura e simplesmente alterar os limites das duas Freguesias. Não vou contar toda a história para levar a efeito a constituição dessa Freguesia, a verdade é que o PS sempre teve uma espinha atravessada com a Freguesia da Moita. Quando o processo começou foi entregue a um elemento do Partido Socialista e o que é curioso é que até esse processo foi perdido, mais tarde em elemento mais activo para a criação da Junta conseguiu envolver um elemento que hoje ainda é muito falado por razões que todos conhecem e foi na altura o Deputado Miguel Relvas através do Presidente da Câmara, Vitor Dias da Silva, que acabou por levar à Assembleia da República a criação da Freguesia de Moita do Norte. Foi criada uma Comissão Instaladora com muitas relações com o Presidente e membros da Junta de Atalaia, foi fácil na altura. Eu era um representante da Assembleia da Comissão Instaladora nessa altura e elementos da Assembleia de Freguesia, mas fundamentalmente da Junta não receberam um tostão durante todo o mandato. Aí sim, era voluntariado para que a Junta de constituísse e conseguiu-se como também se conseguiu com a ajuda do povo construir a Sede que existe. Ao longo dos anos verificamos sempre que a Junta de Freguesia da Barquinha e a própria Câmara Municipal continuam sempre com essa situação atravessada de tal ordem que o actual Presidente da Câmara quando foram colocadas tabuletas delimitadoras das Freguesias mandou arrancar as que separavam as da Barquinha da Moita, hoje tem aquilo o que se pode chamar o coveiro conseguiu o seu objectivo fundamental que é juntar a Freguesia da Moita à Barquinha, não ponho em causa a junção. Nalgumas Assembleias Municipais foi levantada a questão para discutirmos este assunto, sabem qual era sempre a resposta, O Senhor Presidente ia sempre protelando e dizia não ser a altura, não se sabe, agora à socapa a Lei é de 30 de Maio, estamos a 6 dias da entrada em vigor desta Lei e 6 dias depois estamos aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discutir isto. Alguma vez o povo da Moita, da Barquinha ou da Atalaia foi ouvido sobre esta situação? Será que o povo da Atalaia não se sente mal ao dar o território para a criação de outra freguesia e o mesmo agora ser agregado a uma outra. Esta situação foi, não quero usar palavras agressivas depois das palavras de mel dadas pelo Senhor Presidente da Câmara aqui quando apresentou este assunto. Posto isto, a Freguesia que mais tem lutado pela sua existência que no decorrer dos 24 anos que tem aumentado sempre de população é agregada a uma Freguesia, que nada tenho contra à Freguesia da Barquinha que tem mais ou menos habitantes. Todos devem entender o que eu poderia dizer a seguir mas a minha posição já foi aqui manifestada por outro membro, uma reorganização sendo certa provavelmente implicaria uma redução de municípios que ninguém quereria, todos se lembram dos Presidentes de Junta, ninguém queria a extinção da sua Junta porque nós não queremos qualquer mudança agora julgo que uma última bofetada que é dada à Junta de Freguesia da Moita e nem ao menos se cumpriu o que está na Lei que diz que é a agregação de Freguesias, implica o artigo 3º. Alínea a) que devem ficar os dois nomes das Freguesias. Eu quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia da Barquinha que por mim a Sede pode vir para a Barquinha mas que no mínimo houvesse, é essa proposta que eu faço aqui, a obrigatoriedade no caso da agregação de duas Freguesias em que conste o nome das duas. O que vou dizer vai ao encontro do que nos foi entregue agora no intervalo, os pareceres das Assembleias de Freguesia que fosse dito aqui preto no branco, diz a Assembleia da Barquinha que espera que mais tarde seja tudo repostado então era mais fácil se na denominação da duas Freguesias estejam ambos os nomes se assim é entendido, assim se mantem a identidade das mesmas e coloque-se se assim é entendido a Sede da futura Freguesia agregada em Vila Nova da Barquinha”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Presidente da Assembleia Municipal** – “eu devo dizer que foram entregues hoje os pareceres porque foi só hoje, dia 6 de Junho, que deram entrada, a explicação é essa”.

- **Deputado Municipal João Filipe** – “isto é como começar uma casa ao contrário isto não é um projecto de Reforma Administrativa isto nem sequer é um projecto que se possa dizer que tenha a ver alguns ganhos de eficiência em termos da Autarquia em termos de aproximação às populações antes pelo contrario portanto se cumpríssemos o que está na Constituição da Republica Portuguesa fazia-se uma Reforma Administrativa a serio e uma descentralização a serio. Depois disto chegamos a conclusão que há aqui boas palavras mas de facto não se compreende que o Partido Socialista e muitos Presidentes de Junta que aqui tiveram intervenções a favor das suas Freguesias venham de repente, porque surge um documento da Câmara que eu francamente não percebo porque é que ele surge como aqui foi mencionado com data de 24 que é a decisão tomada em reunião de Câmara, aprovado por unanimidade, alias por toda a gente, em que vem uma proposta de agregação das duas Freguesias Moita e Barquinha com um parecer emitido pelos serviços técnicos que ainda é mais avançado que até refere o Decreto da Assembleia da Republica, porque na altura que é elaborado só aparecia o Decreto, a Lei sai a 30 de Maio e aqui nós estamos a acelerar um processo de agregação de Freguesias e não gosto da palavra extinção mas eu pergunto se de facto ao desaparecer os seus órgãos ao desaparecerem do mapa ou fundir-se na pratica não equivalerá a uma extinção aliás o Presidente da Junta da Moita discorda da palavra, mas eu também discordaria o que teria que ter feito na Assembleia de Freguesia e eu até tive o cuidado de referir o comunicado da CDU eu e o meu camarada José Imaginário entregamos o documento em mão e não são falsas por ele ler e ter conhecimento, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que gostaria de ouvir do Senhor Presidente da Junta na altura em que surgiu este documento era mostrar a defesa da sua Freguesia e não o fez, alias pouco se pronunciou e acabamos por ir neste enredo com este parecer que é feito pela Câmara. Faz-se uma fusão há mais distanciamento dos eleitos das Freguesias, há uma Junta que vai abranger uma unidade de terreno muito maior e quando se devia lutar é isso que a CDU falou com maiores competências para as Freguesias, sim senhor mas com mais dinheiro e no fundo são órgãos mais perto das pessoas que eles possam de facto não andar sempre dependentes das Câmaras, de subsídios, de apoios e nós vamos à Junta e dizem que é um projecto da Câmara, a Câmara é que resolve. Cada vez o raio de acção das Freguesias, é mais um raio para decorar, é figurativo não faz obra própria mas porquê, porque se foram deixando amarfanhar e deixar que isso acontecesse. O caminho está a ser trilhado hoje é isto e não ficará por aqui porque não me admira nada que atras disto venha a extinção da Câmara, tudo isto seria bom se houvesse um projecto de regionalização que eu defendo pessoalmente e a gente do meu Partido porque se ele fosse feito fazia-se um desenvolvimento do interior em condições e evitava-se que as pessoas avançassem para o litoral, como avançam todos os dias e cada vez tenham o interior mais desertificado e isto é uma coisa que nenhum de vós pode nega. Com isto vem o papel e temos 90 dias para dar uma opinião e o que acontece eu não percebo se há aqui saca de qualquer subsidio se estamos à espera de qualquer dinheiro e isto é acelerado visto já haver aprovação da Câmara vêm a esta Assembleia e nós ainda tínhamos um prazo grande para discutir isto e mais para falar com as pessoas porque o nosso comunicado não é fazer fumo, não para fazer guerra a guerra nós não a queremos mas fomos os únicos que na Moita que conseguimos lá deixar um comunicado a dizer às pessoas que de facto aquela Freguesia ia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desaparecer essa é que é essa, essa ninguém nos tira. Estivemos em cima do acontecimento e efectivamente é isso que vai acontecer, se hoje aprovarmos isto, o Governo fez uma Lei que é tão bem feita que diz “convida os órgãos municipais a serem promotores da sua própria liquidação” isto é do Governo isto é política, não me digam que as pessoas não vem isto. Então há gente que aqui anda à uma data de anos e o Senhor Presidente da Câmara disse numa entrevista no jornal, era novo, era um pardalito, agora já é um pardalito dos velhos agora já sabe o que está a fazer mas isto para dizer que o vamos aprovar aqui é a extinção da Freguesia de Moita do Norte é afastar a gente da Moita com uma Freguesia feita muito recentemente com gente que muito lutou assim como uma pessoa que hoje foi agraciado que nós votamos, o Senhor Albertino Alves Condeço que era um independente e PSD, não tenho nada contra isso e do José Imaginário e do Vitor Assunção e outros que agora de repente não me lembro e agora de repente sem necessidade nenhuma vamos dizer aos senhores que eles têm razão porque dizer que a Informação Técnica fez um parecer que assim é melhor como disse o Presidente da Câmara, eu não estou de acordo, aqui havia de se vincar era uma posição firme da nossa parte contra um processo que pelos vistos aqui toda a gente voltou a frisar que é contra ele e eu respeito, mas depois aqui nas Assembleias acabamos de ir atras de discussões e estão mais preocupados com o nome ou com a Sede ou fica na Moita ou na Barquinha. Não meus amigos, a questão fundamental e principal não é essa para nós é que de facto há uma Freguesia que vai ser afastada das populações e o recado que o Senhor Presidente da Junta estava a dizer, ainda bem que reconhecem o que nós fazemos, eu direi que nós no todo. Há vários argumentos, quando andámos a distribuir a moção havia muita gente que dizia mas para quê? Eles não fazem nada. A questão é essa há um principio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democrático, e um princípio que nos representa, se eu não ganho tenho lá outros representantes eles devem trabalhar. Se eles não tiverem lá ou não fizerem nada como a nível de Centros de Saúde, a nível de Correios a nível de Escolas, de Juntas, o caso da televisão que até já não temos por acaso aí não se perde muito, digo eu, mas para as pessoas que vivem isoladas nas aldeias precisam de um acompanhamento, mas o que acontece é que irá sendo destruído e nós ficamos a vê-los passar. Penso que está mais do que explicado porque é que nós iremos votar mas com consciência limpinha contra isto, sem espinhas mesmo”.

- **O Deputado Municipal Adelino Amaral** – “ em relação à Lei n.º. 22/2012, a Junta da Praia do Ribatejo antes de haver alteração à Lei das Autarquias Locais, tinha dois assuntos referente à reorganização Administrativa que são as seguintes: ao visualizar o gráfico da página três entendem-se que a unidade ponte estende-se até ao Castelo de Almourol gostaria de perguntar se isto está correcto uma vez que a explicação de caracterização não nos explica isso. Referente à pagina sete gostaríamos de ser esclarecidos quanto ao território das Freguesias que cada unidade territorial engloba uma vez que a unidade territorial de Tancos não constava no estudo da pagina três”.

- **Deputado Ricardo Honorio** – “este processo foi mal conduzido logo no início que foi colocado há discussão. No documento base surgiram várias alterações sem darem conhecimento a ninguém, até um bocado às escondidas e que acabou numa má Lei, mas a Lei existe, temos que lhe dar cumprimento o que penso é que não podemos admitir é que em Lisboa numa Comissão venha a decidir por nós, nós que fomos eleitos devemos tomar as decisões e temos o dever de ajudar a tomar esta decisão. Gostava de enaltecer a coragem política do Senhor Presidente da Câmara e do executivo ao assumir esta decisão. Apesar de não concordar com o que está na Lei é melhor tomarmos uma decisão por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nós conhecendo a população, conhecendo o nosso Concelho melhor que alguém em Lisboa. Tomando as palavras do Deputado Eduardo Oliveira acho curioso dizer que o PS tem uma espinha atravessada, não sei se ele se esqueceu que esta Lei foi aprovada pelo PSD e pelo CDS e Governo, não consegui perceber. Quem tem algum ódio pelas Freguesias e que tentou levar esta Lei apressadamente e atabalhoadamente à aprovação”.

- **Deputado Paulo Tavares** – “continuando o tema quero frisar o seguinte, o que este Governo propõe a extinção de Freguesias ou de certo número de Freguesias, sem duvida o País está falido, estão sem dinheiro, quando alguns intervenientes aqui já disseram com isto não se ganha nada faz-me lembrar hoje a manifestação dos Agrupamentos, ninguém quer perder o poder e ninguém quer perder o seu dinheiro e nas Juntas de Freguesia é exactamente o mesmo antes de lá estar são a favor da extinção, estando no executivo das Freguesias são contra, isto faz parte da gestão até da gestão interna. Das intervenções que eu hoje ouvi cada um estava a puxar a brasa à sua sardinha, um diz a gente resolve já isto não pomos isto à discussão, mandasse assim e resolve assim, a questão é o que o meu companheiro de bancada já referiu não se deve matar a criança. Numa família de muitos idosos devia-se pelo menos promover à questão pública, agora a questão é esta não se poupa nada, poupa-se, poupa-se nos vencimentos dos executivos, cada euro é um euro e vale para as empresas, vale para os serviços públicos, vale para as Freguesias. Eu ouvi a palestra do Carlos Abreu Amorim, Portugal tem Municípios em relação ao resto da Europa a menos tem Freguesias a mais, num território que é o nosso não se justifica este número de Freguesias. Eu sou coerente eu não reduzia apenas uma no Concelho eu reduzia para apenas para duas Freguesias, uma com caracter mais ribeirinho e ligando alguma parte da Barquinha, Tancos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praia do Ribatejo e outra com cariz mais urbano, uma parte da Barquinha, Moita e Atalaia. Era assim que eu fazia se eu mandasse. Ou então acontecia o que há bocado aconteceu somos todos bons gestores mas, há pouco falou-se de um hardware de limpeza das matas, mas estão lá e pronto estão lá e nada se faz. Agora pergunto aquilo que as Juntas fazem é assim um serviço tão importante que alguém não o possa fazer, a Câmara Municipal ou algum funcionário que lhe fossem atribuídas essas funções e tão simples agora se querem reduzir e a opção é está, eu tinha ido por outro caminho. É para reduzir uma Freguesia, sim senhor vamos reduzir, Vila Nova da Barquinha o nome mãe do Concelho porque é que há-de ter a Freguesia de Vila Nova da Barquinha, eu tinha feito mais até cedia uma parte à Freguesia de Tancos que é uma Freguesia pequena a manter-se, penso que devia ter outra importância, cedia a parte ribeirinha e até a Sede lá podia ficar porque o Concelho está aqui, os serviços importantes estão aqui e a Freguesia de Moita do Norte mantinha o seu nome, mantinha a sua identidade e geria a outra parte norte da localidade de Vila Nova da Barquinha. Efectivamente aquilo que foi feito foi aquilo que meu colega Eduardo Oliveira falou foi resolver uma espinha. E a realidade é esta, a criação da Freguesia de Moita do Norte foi aquela gente independente aquela gente altruísta, que até lutaram e que não quiseram os vencimentos durante o mandato, não é fácil de engolir e então olha matamos a criança e mantamo-la desta forma apressada. Eu até vim de camisa preta porque vim ao velório de uma Freguesia que podia existir e continuar o nome de Moita do Norte. Não tenho duvida nenhuma devia continuar até porque têm lá um Edifício. Peço desculpa pela emotividade.

O Senhor Presidente da Câmara, em face ao exposto respondeu o seguinte – “de facto esta discussão é engraçada e por aqui se vê que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por mais meses que aqui andássemos nunca chegaríamos a qualquer acordo, porque quando nós ouvimos coisas como a zona baixa da Barquinha se juntar a Tancos e depois a outra se juntar também, mas bom, bom era ficarem só duas Freguesias e o assunto só está a ser analisado aqui no Concelho agora imaginem quando passar para a Comissão Técnica, se nada decidirmos. Estou convicto depois desta intervenção final que por mais discussões que fizéssemos, mais colóquios se organizassem haveria duzentas ou trezentas propostas diferentes, porque esta da zona baixa da Barquinha ficar na Freguesia de Tancos, está tudo dito. É tudo muito bonito estamos na falência e temos Freguesias a mais, mas depois pedimos desculpa pela emotividade e porque estamos a acabar com a Freguesia da Moita do Norte, parece que a Moita não existia há vinte e cinco anos atrás. Agora francamente já me chamaram de tudo, agora de coveiro, tenho de marcar uma consulta e para tratar desta espinha que para aqui tenho que eu nem conhecia nem sentia, se calhar foi essa espinha que me empenhou a mim e às minhas equipas a tratar do Centro Histórico de Moita do Norte que não se conseguia lá andar que estava desfeito duma ponta à outra, ao Cardal que não tinha arruamentos com o mínimo de dignidade onde tínhamos que ir por valetas e agora é um arruamento, às piscinas de Moita do Norte continuam com o mesmo nome, foram pagos os investimentos, provavelmente foi com essa espinha que nos motivou que na Freguesia de Moita do Norte construíssemos a Escola Ciência Viva, que é das únicas escolas com as características que ela tem ou a nova Escola D. Maria II e também foi por causa dessa espinha que foi intervencionado o arruamento da ex EN3 onde a maior parte pertence à Freguesia da Moita ou da Estrada 540, agora quando falou de coveiro pensei que fosse falar do Miguel Relvas porque de facto é engraçado ver o empenho com que fala da extinção de Freguesias, esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desígnio nacional que é de facto quando os problemas se vão resolver quando tudo estiver concluído e passarmos dessas quatro mil e quatrocentas para dois mil e tal Freguesias. Sobre as placas delimitadoras ou placas informativas, nunca o escondi disse-o aqui porque a designação dessas placas existem para informar e não para desinformar e eu provei aqui quando me referi a este assunto que elas nada informavam. Foi curioso deu-me a entender que nestas coisas que diz e não se diz que se aceitou melhor uma extinção de um Município de que deixar de haver a Freguesia da Moita do Norte, pareceu-me mas deve ter sido com certeza impressão minha porque aí se resolviam diversos problemas e não deixa de ser curioso o problema do nome. Na sequência do auscultado não se verificou preocupação se as pessoas se deslocavam mais longe, na redução das participações das pessoas, isto não é problema o problema era passarmos a ter um nome com sessenta e três caracteres para passarmos a escrever União de Freguesias de Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte, isto é que resolvia o problema ficava tudo resolvido sem pensar nas populações se se deslocam mais longe dos processos de decisão e de já não irem tratar dos assuntos à Rotunda dos Fogueteiros, disso abdica-se, e pergunta-se o que é que as Freguesias fazem? Como já se referiu aqui hoje, seria bom que alguns passassem só um mês em funções executivas nas Juntas de Freguesia e gerirem 40 ou 50 mil euros a fazerem um enorme esforço e ouvirem de toda agente de todos os problemas existentes porque são de facto as primeiras pessoas a apanhar todos os problemas, meus amigos mudariam com certeza de opinião sobre a importância das Freguesias. E para terminar e relativamente às questões colocadas pelo Senhor Adelino Amaral o documento é fundamentalmente um documento técnico e vai buscar informação elaborado pela Senhora Arquitecta relativamente ao trabalho que está a ser executado por uma Empresa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no âmbito da revisão do Plano Director Municipal em que analisam as unidades territoriais e portanto são considerações de índole mais ou menos teóricas que depois têm vínculo com a realidade, mas esta análise por supostas unidades territoriais não coincide com as Freguesias e se nós tivermos a apreciar isto sobre um prisma única e exclusivamente em termos dos limites das Freguesias, as coisas não coincidem e surgem essas dúvidas. Por exemplo na Atalaia define-se uma unidade territorial acima da A23 que é justamente a área que em sede de planeamento se prevê que haja uma zona de serviço multifunções tendo em conta que ali se agrupam um conjunto de actividades não residenciais. A equipa define aquilo como uma unidade territorial uma parte da Freguesia, isto para dizer que as unidades territoriais no documento técnico que introduz este assunto pode ser de facto uma achega para esta discussão mas não coincide de alguma forma com os limites das Freguesias e portanto daí estas possíveis dúvidas de quem lê o documento com atenção como foi o caso do Senhor Adelino ao detectar essas eventuais incongruências, mas cujo motivo tem a ver apenas com o facto de se retirar da sede de trabalhos que dizem respeito à revisão do PDM e não à organização administrativa”.

- **Deputado Municipal Antonio Constantino** – “gostaria de fazer aqui uma observação, o Senhor Presidente da Câmara já pegou na rama dessa situação, gostaria de perguntar ao Senhor Paulo Tavares o que é que já fez numa Junta de Freguesia ou o que é que sabe do funcionamento de uma Junta de Freguesia que o leva a pensar que lá não se faz nada, esta era uma situação. Depois vêm a situação de poupar a parte financeira, a parte do pessoal gostaria que me explicasse como é que resolveria os problemas e se os conhece? São centenas de pessoas por mês que nos chegam por vários motivos e no caso da Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia de Vila Nova da Barquinha temos aberto um posto da EDP que resolve os problemas regionais e não só os problemas da Freguesia, nem do Concelho e tem uma funcionaria que está ocupada a tempo inteiro para fazer todo esse trabalho e tudo o resto que é necessário, era esta achega que eu queria aqui deixar”.

- **Deputado Municipal Paulo Tavares** – “depois das palavras do Senhor Presidente da Câmara podem surgir algumas dúvidas em relação ao que por mim foi referido e vou dizer o que já disse anteriormente, a minha opinião pessoal é fazer uma reorganização das Juntas de Freguesia no Concelho de Vila Nova da Barquinha. Apenas mantinha duas Freguesias, a Freguesia de Atalaia e a de Praia do Ribatejo e subdividia esta zona baixa da Barquinha a pertencer uma parte à Praia do Ribatejo e a outra parte mais urbana a pertencer a Freguesia de Atalaia. Esta é a minha posição desde sempre, a manter-se esta função de coerência de apenas estas duas Freguesias e o Município de Vila Nova Barquinha a extinguir uma Freguesia, então que se extinga o nome de Vila Nova da Barquinha e se mantenha o nome de Moita do Norte. Vila Nova de Barquinha é um nome importante não precisa de ter um Concelho de Vila Nova de Barquinha e uma Freguesia de Vila Nova da Barquinha e é como Jesus Cristo, leva numa face e dá a outra, não precisa de manter o nome. A cidade de Lisboa tem quantas Freguesias? Há uma. Aqui vos deixo o primeiro ponto.

Em relação ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, tenho uma coisa a dizer eu quando quero tratar de algum assunto com a EDP infelizmente tenho que me deslocar a Torres Novas ou a Tomar. No que toca às outras situações eu mantenho isto, por muito trabalho que as Freguesias façam e é meritório sem dúvida, mas havendo uma reorganização e fusão de alguns serviços certamente seria benéfico até para todas elas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até com uma melhor gestão e com um carácter economicista mais eficiente porque o que se pretende aqui é a eficiência do País e a eficiência do Município. Eu não tenho dúvidas se colocassem o Presidente da Junta de Freguesia de Tancos a gerir as cinco Juntas as geria muito bem, desculpe dizer isto à sua frente mas é a realidade porque nota-se um trabalho de qualidade na sua Junta, agora há outros trabalhos paupérrimos ou as pessoas não vêm isto? Temos que ser coerentes com estas situações todas, há uns mais dedicados e outros menos, há uns mais acomodados e outros menos, a realidade é esta, há quem vista a camisola, isto foi um alerta que me lançaram. Há aqui um carácter de eficiência, cada euro é um euro, o País está falido e foi durante esta postura durante muitos anos, foi nas Freguesias, foi nas Câmaras, nas Empresas Públicas, nos serviços, eu sou funcionário público também sinto isto, agora tem que haver mais eficiência, mais poupança, senão nós nunca mais levantamos a cabeça e efectivamente isto que esta a acontecer hoje certamente para o ano vai acontecer noutros sectores. A questão das fusões é de carácter de maior eficiência em todos os serviços. É tudo”.

- **O Deputado Municipal João Filipe** – “a conversa também tem que ter algum nível não é que eu me esteja a sobrepor às outras pessoas não é isso que eu quero, mas daí a utilizar argumentos que eu não direi baixos mas se calhar menos correctos. Se estamos aqui preocupados com o que o Paulo Tavares disse com as percentagens, o Presidente da Câmara até disse que era menos de um por cento que é gasto nas Freguesias e estamos aqui a julgar intenções é uma chatice e não chegamos a lado nenhum e depois à outra questão que é a do País estar falido, isto dá azo a muitas conjecturas, está falido por causa do BPN, está falido por causa do outro que fugiu não sei para onde, está falido por causa de um ex ministro que tem negócios em Cabo Verde e de vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em quando vem cá fazer o despacho, eu não queria estar aqui a alongar mais, nem as pessoas que estão aqui merecem isso vamos ter calma vamos discutir argumentos, é preciso é efectivamente necessário extinguir Freguesias e já o disse aqui e reafirmo e mais não me rejeito numa situação que é esta, eu não estou aqui nem a minha camarada ou todos os que passaram por aqui para extinguir Freguesias e vocês todos aqui parece que foram eleitos para extinguir Freguesias que é uma coisa que me faz confusão à cabeça que não calculam, mas eu não estou para isso sinceramente, há coisas que devem ser distribuídas até se quisermos analisar a própria Lei, temos tempo. A Lei diz que as competências a definir em diploma próprio é a mesma coisa que dizer a morte é para já o resto fica para depois portanto acabasse com a Freguesia mas depois o resto define-se e entre isso há aqui outras situações, o diploma diz é assim e é assim e és tu que tens que aplicar o pau e a vassoura, és tu que tens que decidir a tua morte, a morte dos teus congéneres transferindo para as Assembleias Municipais o jogo sujo de quem vai morrer. Se o fizeres e fores cúmplice do crime e aplicarem a pena de morte tens mais 15% de bónus que é o que eles dão do Fundo de Financiamento das Freguesias até ao final do mandato seguinte da agregação, portanto eu voto a favor e se votar a favor há aqui um bombom para aqueles que se agregarem também, resta-me saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara quando faz esta proposta, porque é uma pessoa que eu lhe reconheço o mérito em sacar alguns fundos e aproveitar tudo o que lhe vem à mão, também está a contar com estes tostões porque eu não me admiro nada que faça isso. Também lhe devo dizer Senhor Presidente da Câmara que de facto não estava à espera e já o disse e refirmo olhos nos olhos, deste acelerar do processo, não estava à espera desta posição do executivo liderada por si, que ultimamente tem dado aí algumas entrevistas parece uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peessoa do Jet Set, para diversos jornais eu esperaria outro tipo de posição sobre isto. Para terminar faça-se uma Regionalização a serio isso é que efectivamente as pessoas deste Pais precisam, precisam de desenvolvimento na integra no seu interior, porque o desenvolvimento do Pais é feito de qualquer maneira sem controlo nenhum e eu agora pergunto novamente são os Presidentes das Juntas que por vezes vão lá ao fim do dia e que vão à farmácia buscar os medicamentos em determinadas aldeias da província é isso que prejudica o erário publico? Quem ajuda o velhote a resolver o problema em muitos sítios, francamente eu não acredito efectivamente que esteja aí o problema. O problema está em erros que cometemos e pudemos voltar a cometer porque é que construímos tantos estádios de futebol? Para estarem às moscas, isso não foi um erro crasso? Alguém neste Pais é responsabilizado por isso, para andarem a brincar com o nosso dinheiro”.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “em relação à intervenção do Senhor Presidente o problema dele é o tamanho do que temos que escrever – União de Freguesias de Vila Nova da Barquinha e Moita do Norte. É engraçado o argumento da distância, são argumentos que me levam a lembrar do seguinte: tenho aqui a despedida do Presidente da Câmara que o antecedeu e sabe quem iniciou e fez as piscinas, Senhor Presidente? O Senhor era Vereador e agora vem dizer que foi o Senhor que as construiu todos sabemos que não foi assim, tenho aqui a informação dele a última que fez. Eu não me sinto nada indignado com a decisão tomada pela Câmara apesar de todas estas datas. Todos nós pudemos ter opinião o problema é nós aceitarmos a opinião do outro e o Senhor Presidente normalmente e ultimamente não aceita as opiniões, pelo contrario ataca sempre e o Senhor sim tenta sempre induzir que os outros estão a mentir fez isso comigo duas vezes em que me obrigou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer-lhe entrega das actas com as afirmações que o Senhor tinha feito anteriormente e isso é que não tolero e não posso aceitar os seus argumentos”.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apelando para não personalizarem as coisas e para falarem para a Mesa.

Volta a intervir **o Senhor Deputado Eduardo Oliveira** “ em relação às escolas construídas ali, eu até fui contra a localização, estão ai as actas que dizem que fui contra. A situação que eu aqui coloco fundamentalmente é efectivamente este processo, foi apressado e quer queiramos quer não apesar de apregoarmos muito a democracia as populações não foram ouvidas e temos noventa dias para tratar deste assunto”.

- **Deputado Municipal Manuel Cardoso** – “eu só queria que me explicassem o seguinte: hoje para se gerir uma Junta de Freguesia paga-se 712 Euros por mês a seguir quem cá ficar, que eu não estou cá, quero que me digam quanto vai ficar a gerência das duas Freguesias. Vão passar a tempo inteiro catorze meses? Onde é que está a poupança? Aí não vai haver poupança nenhuma Senhor Deputado porque a verdade é esta, 712 euros para gerir uma Freguesia mas depois a tempo inteiro são catorze meses, são milhares de euros por ano, não vai haver poupança”.

Nesta altura o **Senhor Deputado Paulo Tavares** preparava-se para intervir ao qual o **Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que ainda não lhe tinha dado a palavra.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que começou por dizer - “agora só para desanuviar é só para dizer que o que eu gosto é do contraditório e da discussão podem crer que é uma coisa que gosto. Agora vou fazer uma rectificação ao Senhor Deputado João Filipe ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que ele falou sobre as Freguesias que gastavam um bocadinho menos que 1%. É que é muito menos de 1%, porque se recebessem 1% as Freguesias que receberam agora 50 mil euros por ano receberiam 500 mil euros, o que recebem são 0,098% o que é menos dez vezes de 1%. Por ultimo se eu tinha a convicção de este assunto e era importante não ir para a Comissão Técnica, meus amigos depois da discussão de hoje pensem bem quem é que de todos nós tem a capacidade de influenciar o Senhor Deputado Miguel Relvas. Eu não tenho hipótese nenhuma, agora o Paulo Tavares, encontra-se com ele em Santarém e falam sobre este assunto”.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares** solicitou novamente a palavra.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer o seguinte “ tem de haver mais respeito, vamos ver se nos entendemos, não pode ser de qualquer maneira, vamos com calma e todos falam. Há deputados ainda para intervirem. Mas pode tomar da palavra”.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares** “ O Senhor Miguel Pombeiro tem saudades daquele primeiro mandato em que entrava tudo mudo e saia calado e que as sessões da Assembleia demoravam uma hora e estava tudo resolvido. Numa propaganda autárquica no segundo mandato se lembrou de dizer “ aquele pessoal esta lá na Assembleia nem dizem nada” efectivamente o senhor hoje e de alguns tempos para cá já tem outra opinião se calhar as coisas que tem voz de contraditório não é assim tão aceitável e não lhes fica bem mas isto é como diz o meu colega de bancada as coisas têm que ser discutidas e temos que saber respeitar a opinião dos uns e de outros e isto sim, isto é democracia”.

- **Senhor Presidente da Mesa interviu para dizer o seguinte:** “ nós estamos a falar em Freguesias, estamos a falar de Concelho, nós estamos a falar de organização do território ou melhor administração do território. A Freguesia é interessantíssima porque não sei se sabem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como apareceu o conceito da Freguesia. O conceito de Freguesia que depois foi aglutinado pela Igreja Católica na Idade Média onde criaram as Paróquias, as pessoas pensam que a Freguesia é uma Paróquia, mas a Paróquia não é uma Freguesia tem outra dimensão tem a ver com conceito da administração do território, mais Romano. O Concelho tem um objectivo completamente diferente era um processo de povoamento e desenvolvimento duma determinada região com as conquistas que iam construindo o território ia ficando vazio e então criava-se o Concelho com um Administrador que tinha a obrigação de desenvolver uma determinada área. O que é que neste momento nos estamos a tratar, estamos a tratar de uma área que tem que ser administrada por força de uma Lei quer queiramos quer não. Não vale a pena estar a lutar contra os moinhos de vento, a lei saiu e assim pronto. Está mal feita, não estou de acordo com ela, não estou e nunca estive. Mas o que eu vos disse há pouco lutar contra os moinhos de vento como disse o Senhor Presidente e muito bem eu não me esqueço por exemplo quando foi discutido o primeiro PDM, uma pessoa com poderes de decisão na aprovação do Plano, perguntou-me se a Barquinha era banhada pelo Rio Tejo. Isto é autentico meus senhores vem uma pessoa com poder de decisão e não tinha a mínima ideia do que estava a falar, isto é o perigo das Comissões Técnicas da Assembleia da Republica e dos funcionários que vão estar adstritos a este tipo de decisões, eles não querem saber de cantigas olham para o mapa cortam aqui e acolá e está feito. Concordam que isto fique nas mãos deles? Já se debruçaram pelo documento que têm na mão, pela área que estamos a falar? Há uma continuidade urbana. é uma técnica e de repente as coisas vão acontecendo, o núcleo aumentou e isto que estamos a falar é o que está na proposta da Câmara. O problema é que temos e já foi falado é o nome, estamos agarrados ao nome da Moita e da Barquinha. A Moita do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Norte não desaparece é sempre o lugar de Moita do Norte, a Barquinha é sempre a Barquinha, o resto é uma denominação administrativa não é mais que isto e o que se pretende fazer e o que a Câmara fez na minha perspectiva está correcta no sentido que aglutina uma só administração que tem uma coerência urbana, ninguém o pode negar. Fomos nós que decidimos? Não somos a Lei é esta que o diz ou o fazem ou fazemos nós, não vale a pena estarem a discutir estas coisas. Temos que ser pragmáticos, e não tenhamos dúvidas, não vale a pena criar uma revolução porque não vamos a parte nenhuma e talvez venha uma Comissão que até não sabe onde passa o Rio Tejo, não sabe sequer onde fica a Moita do Norte e vem liderar todo este processo e isto nós não queremos. Como vão ver na nossa declaração de voto não estamos de acordo com esta situação contrariamente ao que pensam, estamos é frontalmente em desacordo. Muito obrigado”.

- **Senhor Deputado Joao Filipe** – “com essa teoria o Salazar ainda cá estava e eu não andava nisto já me tinha juntada a vós e estava ali sentado e tinha um bom tacho. Oh meus amigos é preciso haver coerência, desculpem, mas á boa maneira Socialista desculpe meu caro amigo é que hoje até tive a honra de o votar numa medalha, eu prezo a forma como orientou o processo, mas meu caro amigo, esperava outro argumento. Nós conhecemo-nos há mais de vinte anos numa peleja de candidatos que até teve alguma piada mas devo-lhe dizer neste momento não é esse o caminho. Não vou estar a repetir agora, o meu amigo está aqui a dizer se não for isso é outra situação pior então o que é que estão a fazer os Deputados na Assembleia é o que é que vocês fazem e porque é que intervêm e não pressionam, ora valha-me Deus agora estamos derrotados à partida, não vamos a lado nenhum é só isso. Vocês vão votar a extinção e vão dar a mão ao Relvas, se o Relvas não se for embora, entretanto também há esse argumento, ele até se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pode ir embora mas vem outro, mas de facto se não fizermos nada, senão intervirmos as coisas tomam outro caminho, esta Lei avança com tudo o que tem a regionalização e nada é feito nada se modifica porque nós dizemos entre o mal, o melhor é isto”.

Nesta altura foi presente à Mesa uma proposta, subscrita pelo Partido Socialista, sobre a Lei n.º. 22/2012 de 30 de Maio e seus efeitos, na reorganização territorial das freguesias através da sua fusão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato a admisão da proposta para discussão à votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

No uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** releu a referida proposta. (Anexo 4)

Aberto o período para discussão da proposta intervieram os seguintes, senhores:

- **Presidente da Assembleia Municipal** “eu chamo a atenção dos Senhores Deputados que não se pode alterar a proposta da Câmara, podemos aprovar as alterações e enviar à Câmara Municipal se for aceite é aprovada senão for, não tem efeitos”.

- **Presidente da Câmara Municipal usou da palavra** – “eu só quero lembrar que essa questão o que iria colocar em primeiro lugar, punha em causa o equilíbrio que alguma forma que existe na actual solução, obrigaria a nova pronuncia das Assembleias de Freguesia e obrigaria a que o processo se retomasse. Penso que iria por em causa o equilíbrio da solução, era voltar com o processo à estaca zero, gostava de lembrar isso. A questão do nome é um dos elementos determinantes da proposta. Nome, Sede e o número de Freguesias, só estou a recordar isso”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que a Sede fica na Moita do Norte, só o nome é que muda.

- **Senhor Deputado Ricardo Honorio** – “não podemos alterar documentos elaborados pela Câmara e isto também significaria um processo totalmente novo da parte da Câmara”.

No uso da palavra **o Senhor Presidente da Câmara** solicitou a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para esclarecimentos sobre o assunto, tendo concordado **o Senhor Presidente da Mesa anunciou a suspensão.**

Retomados os trabalhos e quando **o Senhor Deputado Eduardo** ia usar da palavra **o Senhor Deputado Ricardo Honorio** apresentou um requerimento por escrito e disse que como o debate já tinha sido demasiado longo e todos já se manifestaram sobre este assunto que é o ponto n.º 4 da Ordem de Trabalhos desta sessão, solicitava que o mesmo fosse colocado de imediato à votação. **Posto à votação do plenário o mesmo foi aprovado por maioria com duas abstenções. (Anexo 5)**

No uso da palavra **o Senhor Presidente da Mesa** alertou que os requerimentos não têm discussão, só aprovação ou reprovação.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares** – “eu não vou discutir há boa educação e má educação”.

- **Senhor Presidente da Assembleia** – “o que quer dizer com isso”.

- **Senhor Deputado Paulo Tavares** – “o que eu quero dizer é que o meu companheiro de bancada estava a tentar falar e nem o deixaram, colocaram o requerimento à Mesa, o Senhor cortou a palavra ao meu companheiro.

Neste momento **o Senhor Deputado Paulo Tavares e o Senhor Eduardo Oliveira** abandonaram a sala.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente submeteu a proposta da Camara em discussão à votação do plenário, tendo sido a mesma aprovada por maioria com cinco abstenções e dois votos contra.

A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta nesta parte, para efeitos imediatos.

Nesta altura **a Senhora Deputada Anabela Quintanilha e o Senhor Deputado Valter Caldeira** retiram-se.

Nesta altura o **Deputado Joao Filipe** leu uma declaração de voto sobre a agregação das Freguesias de Moita do Norte e de Vila Nova da Barquinha. A qual foi aprovada por unanimidade a sua admissão.

(anexo 6)

Concluída a Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária o Senhor Presidente deu esta por encerrada da qual, para constar, se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários.

----- O Presidente da Assembleia Municipal -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----